

NESSE MOVIMENTO, SUA PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL!



FESTA DO DIA DA MULHER NO SINPRO

Março de 2011

A luta das mulheres precisa ser uma luta de todas. Por isso, a Secretaria de Mulheres Educadoras do Sinpro convida você a participar do **Coletivo de Mulheres Educadoras**, um espaço político legítimo em defesa da igualdade de participação e direitos. Aprovado em nosso congresso, o Coletivo de Mulheres Educadoras reúne todas as nossas companheiras da base, delegadas, aposentadas e diretoras para atuarem em nossa luta e enriquecer o nosso debate.

**PARTICIPE!
VOCÊ É VALIOSA
NESSA CONSTRUÇÃO.**

Entre em contato com a
Secretaria de Mulheres
pelo telefone 3343-4206.

Veja homenagem do Sinpro às mulheres que não fogem à luta. **Páginas 4 e 5**

Creches públicas: lutar para garantir esse direito. **Página 3**

Educação integral é garantia para crianças e autonomia para mulheres. **Página 8**





Presidenta, sim!

Quem não quer valorizar as mulheres?



Em texto divulgado pela internet, no mês de janeiro, Marcos Bagno, professor de Linguística na Universidade de Brasília faz uma análise sobre a “resistência da grande mídia brasileira que se recusa, terminantemente, a reconhecer que uma mulher na Presidência do Brasil é um fato extraordinário e que, justamente por isto merece ser designado por uma forma marcadamente distinta, que é Presidenta”.

No texto o professor elenca argumentos consistentes com relação ao uso da Língua, a sua gramática e aos dicionários que trazem a forma Presidenta. E afirma que, mesmo se não trouxessem, ele estaria perfeitamente de acordo com as regras de formação de palavras na Língua.

O interessante nesta história é que esta discussão ocorre porque a primeira mulher eleita Presidenta do Brasil – fato que nos honra e orgulha, quer ser chamada de Presidenta mas a imprensa insiste em não atender, desconsiderando as regras gramaticais de nossa Língua. Será por que?

Apresentamos nesta edição do jornal **Sinpro Mulher** a primeira discussão que queremos fazer sobre o tema, para reflexão da categoria: **POR QUE NÃO FLEXIONAR PALAVRAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NO GÊNERO FEMININO** se as regras de formação de palavras da Língua preveem a flexão? Substantivos, adjetivos, numerais, por exemplo, têm as formas para o gênero masculino e para o gênero feminino. Por que não as usamos?

Vejam, se você tiver num recinto – seminário, conferência, debate – cinquenta mulheres e um homem, observem que qualquer pessoa ao se dirigir a este coletivo, quase exclusivamente feminino, cumprimentando-o dirá: bom dia senhores. Ora, são cinquenta mulheres e apenas um homem. Por que esta supremacia se a gramática não a prevê? O correto seria: bom

dia senhoras e senhor.

Algumas pessoas tentam justificar afirmando que a Língua é machista. Onde está escrito que a Língua é ou deve ser machista? E por que se afirma isto?

Aí voltamos ao texto do professor Marcos Bagno. “Não, a Língua não é machista, porque a Língua não existe: o que existe são falantes da Língua, gente de carne e osso que determina os destinos do idioma. E como os destinos do idioma, e da sociedade, têm sido determinados desde a pré-história pelos homens, não admira que a marca desse predomínio masculino tenha sido incrustada na gramática das Línguas”.

Essa é a verdade sobre o uso de forma “neutra” do masculino. Mas o melhor é refletirmos sobre o porquê dessa insistência da mídia, que tem conhecimento da gramática da Língua Portuguesa e da flexão de gênero. Assim como conhece bem a dura luta das mulheres pelo respeito, valorização e igualdade de direitos, conquista de espaço e de poder. Apesar disso, referem-se às mulheres usando o gênero masculino e à Presidenta Dilma, como Presidente.

Dessa forma podemos afirmar, isto sim, que é uma decisão machista, cultural, e de classe. Isto mesmo, também de luta de classe. Não aceitar chamar Dilma Rousseff de Presidenta (com raras exceções) e insistir em chamar de Presidente a primeira mulher a governar o Brasil, só se justifica pelo caráter classista da grande mídia brasileira, representada e representante da classe dominante, mais vezes conservadora, preconceituosa e discriminadora, do que isenta, como deveria ser e democrática, como é o princípio da COMUNICAÇÃO.

Aí pensamos, se a eleita fosse oriunda da classe conservadora e pedisse para ser chamada de Presidenta, a imprensa respeitaria seu desejo? Penso que sim!

Por isto considero deselegância, para não dizer

desrespeito, a insistência da grande mídia em chamar Dilma de Presidente, apesar dela ter adotado a forma Presidenta e a oficializado em todas as instâncias do governo, além de demonstrar, em todas as suas falas quando se dirige ao povo chamando-nos de queridas brasileiras e queridos brasileiros.

Vale muito refletir e debater sobre o uso da forma feminina em nossa Língua. Em nossas residências, nossos locais de trabalho, nas ruas, mercados, etc. vale a pena flexionar o gênero e debater a questão.

E nós, educadoras da rede pública de ensino, 82% da categoria, temos, também por esta condição majoritária, a oportunidade de educar as crianças e jovens, dentro das salas de aula para o uso das formas femininas, fazendo a flexão de gênero e, além de esclarecer sobre a gramática da Língua, também educar para a valorização das mulheres. Nessa tarefa contaremos, acredito, com os educadores que, sensibilizados diante dos apelos pelo respeito e valorização das mulheres, farão coro com esta nossa nova luta: a feminização da Língua Portuguesa.

Portanto sugerimos, fraternalmente, duas maneiras para se iniciar esta luta. 1) Flexionar verbalmente as palavras, dando-lhes a forma feminina: alunas x alunos; mães x pais; professora x professor; diretora x diretor e por aí vai. 2) Nos textos dos bilhetes convidando os/as responsáveis pelas crianças e jovens para as reuniões nas escolas, usar o termo mãe/mães, não apenas pai/pais ou responsáveis. Até porque as mães são a esmagadora maioria dos/as responsáveis que comparecem a essas reuniões.

Nossas alunas e alunos têm mãe e pai. Mesmo que nem todas ou todos assumam. Mas têm.

Augusta Ribeiro – Diretora do Sinpro - Professora aposentada de Língua Portuguesa e Literatura.



Curso teve como objetivo combater a homofobia nas escolas

Curso “Vidas Plurais” prepara para o combate à homofobia

O curso “Vidas Plurais” foi desenvolvido pelo Sinpro em parceria com a UnB e outras instituições, para subsidiar as professoras e professores para o combate da homofobia e do sexismo nas escolas. O curso foi lançado no dia 15 de março e se encerrou no dia 7 de maio.

A coordenadora da Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade do Sinpro, Wiviane Farkas destacou o papel de vanguarda do Sinpro em realizar uma parceria inédita com a UnB e outras instituições de ensino, para colocar em prática a idéia de um curso que visa combater a preconceito nas escolas.

Folga para exames é direito de todas

A Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro alerta: a lei nº 3.078/02 garante uma folga anual para que as mulheres trabalhadoras do GDF possam fazer exames de controle de câncer de mama e do colo de útero. Esse é um direito de todas e não é necessário atestado de saúde, apenas de comparecimento. Portanto, não procede a interpretação de que é necessário ir à perícia para trocar qualquer atestado. Exija seu direito! As direções também não têm o direito de questioná-lo.



Conferência de Mulheres será no segundo semestre

A Secretaria da Mulher do Distrito Federal já é uma realidade. Sua titular, a professora Olgamir Amância, já anunciou que a Conferência de Mulheres do Distrito Federal será realizada no segundo semestre.

Fique atenta para a divulgação da data, no site do Sinpro (www.sinprodf.org.br)



Seminário defende mais creches públicas no DF



Debates foram realizados no dia 22 de abril

O direito à creche é previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente para crianças de zero a três anos. Esse é um dos eixos de luta do Sinpro e da CUT para esse ano e por isso foi realizado no mês de março o seminário "Creche pública, direito para as crianças e autonomia para as mulheres".

Durante o debate, realizado no dia 22 de abril, no Centro Educacional 11 de Ceilândia, a coordenadora da Secretaria de Mulheres do Sinpro, Eliceuda França, comentou porque o debate deve ser feito por educadoras e educadores: "Nós educamos crianças e quando vemos que muitas delas chegam às escolas sem nenhum trabalho educacional preliminar, constatamos que isto é o resultado da ausência do Estado, que não oferece educação infantil nem creches para estas crianças", comentou Eliceuda.

Pesquisas revelam que das 165 mil crianças de zero a três anos do Distrito Federal, apenas mil estão matriculadas em creches públicas. O número reflete a quantidade ineficiente de creche pública na capital do país. Segundo o Ministério da Educação, em 2007, das 224 instituições em funcionamento

no DF, apenas 11 eram públicas. O Diário Oficial de dezembro de 2010 informa que a previsão do orçamento para a educação do DF gira em torno de R\$ 2,9 bilhões. Deste montante, 15% do total - R\$ 417 milhões - seriam destinados à educação infantil, que abrange a construção de creches públicas. Na divisão da verba, Ceilândia, a maior região administrativa do DF, teria no caixa apenas R\$ 20 mil para a construção de creches comunitárias.

COMPROMISSO

"O governador Agnelo já está negociando com a presidenta Dilma Rousseff para garantir mais verba à educação", afirmou a secretária de Estado das Mulheres do DF, Olgamir Amância complementando que grande parte das creches encontradas na capital da República, na maioria clandestinas, podem ser consideradas "depósitos de crianças". "Vamos investir em creches como políticas públicas. O compromisso do GDF é de construir 30 creches em 2011. Elas começarão pelas comunidades periféricas", informa a secretária Olgamir Amância.

Tatau Godinho, da Marcha Mundial de Mulheres, avalia que a reivindicação não é estritamente ligada à educação, já que serve para proporcionar igualdade na vida política e social entre homens e mulheres. "A sociedade acha que a educação da criança é obrigação da mulher. É fundamental que a educação da criança seja um papel da sociedade e que o Estado faça sua parte", acredita a militante feminista. Para Graça Sousa, secretária de Mulheres da CUT-DF, "a ampliação das creches públicas é uma reivindicação histórica das mulheres trabalhadoras, já que além de um direito da criança ao bem-estar e à educação,

garante às mulheres maiores possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho e nos espaços de poder".

O professor João Monlevade, assessor legislativo do Distrito Federal, avalia que "a creche é fundamentalmente a primeira fase da educação básica da criança", mas que, por muito tempo, "ela foi considerada apenas um lugar de cuidado". Para ele, investir nos profissionais das creches públicas é imprescindível para promover a educação nesses espaços. Os exemplos de carência e falta de estrutura nas poucas creches existentes em Brasília não são novidade. Segundo a aposentada Francisca Silva, que participou do Seminário, o retrato das creches no DF é desesperador. "Eu moro em Ceilândia e já lutamos por água, pelo direito à escritura do lote, por escolas, por asfalto e a luta agora é por Creche já". Não é justo que nós, as avós, tenhamos que cuidar dos netos. As mães e as crianças precisam de creche pública de qualidade e perto de casa. Temos que cobrar do governo do DF esse compromisso", afirma dona Francisca (foto ao lado).



Marcha das Margaridas reunirá 100 mil mulheres em Brasília

A 4ª Marcha das Margaridas será realizada em Brasília nos dias 16 e 17 de agosto. O evento reafirma a presença das mulheres trabalhadoras rurais na luta por melhores condições de vida e trabalho no campo e contra todas as formas de discriminação e violência contra a mulher.

A mobilização organizada nacionalmente pelas trabalhadoras rurais acontece a cada quatro anos, sempre no mês de agosto. O mês é simbólico por se tratar da data do assassinato, há 27 anos, da líder sindical Margarida Alves, que defendia direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. De acordo com as organizadoras do evento, estima-se que a atividade contará com a presença de 100 mil mulheres, representando todos os estados do Brasil.

Em 2011 será a 4ª edição dessa importante ação de massa que teve início no ano de 2000. Na ocasião, mobilizou, em Brasília, cerca de 20 mil mulheres de todo o país. Na 2ª edição, em 2003, reuniu 40 mil participantes dos mais diversos lugares do país. A maior mobilização organizada pelas mulheres trabalhadoras rurais no Brasil teve como resultados, além da visibilidade e reconhecimento social, a negociação de programas e políticas públicas voltados para o acesso das mulheres à terra, assistência técnica, crédito, políticas sociais e direitos de cidadania. Em 2007, cerca de 50 mil trabalhadoras rurais participaram da Marcha das Margaridas, em Brasília.



A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais: CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, 27 FETAG's - Federações de Trabalhadores na Agricultura, 4100 STTR's - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalha-

doras Rurais e CUT – Central Única dos Trabalhadores, em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas.

A Marcha afirma a resistência e convicção de que somente organizada é possível manter um diálogo aberto com a sociedade. Ressaltando uma postura de sujeitos ativos pela transformação da sociedade e libertação das mulheres na perspectiva da autonomia econômica, salário digno, fim das diversas formas de exploração da força de trabalho, reflexão sobre a construção cultural e inclusão social.

Quem foi Margarida?

Margarida Maria Alves foi assassinada em 1983, na porta de sua casa, por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba. Defensora dos direitos dos/as trabalhadores/as rurais, a sindicalista promovia campanhas de conscientização com grande repercussão junto a estes trabalhadores/as rurais que, junto aos sindicatos, moviam ações na Justiça do Trabalho, para o cumprimento dos direitos trabalhistas, como carteira de trabalho assinada, 13º salário e férias.



Sinpro homenageia mulheres que não fogem à luta

Quem compareceu ao evento político-cultural promovido pelo Sinpro em março para lembrar o Dia da Mulher e o aniversário de 32 anos do Sindicato se emocionou ao reencontrar e conhecer tantas mulheres que não fogem à luta. Em uma categoria formada majoritariamente por mulheres batalhadoras e atuantes, foi difícil escolher 32 mulheres para homenagear com o prêmio "Mulher Educadora - Cidadã do Mundo". Nossa ideia foi começar a resgatar o papel de mulheres que com sua atuação militante ajudam a construir um mundo melhor ao seu redor. Nos próximos anos homenagearemos outras companheiras com o mesmo perfil de luta.

As atividades começaram com a performance da professora Arthème Lira: "Sob os pés de Afrodite". Logo em seguida a coordenadora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Sinpro e mediadora, Eliceuda França abriu oficialmente o debate: "O empoderamento político e econômico das mulheres educadoras". Ela enfatizou a importância da luta das mulheres em busca das conquistas tão sonhadas e lembrou a história que marca a trajetória de muitas presentes no evento.

Representando a CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a também diretora do Sinpro, Berenice Darc destacou a importância do evento, assim com a diretora da Secretaria de Mulheres da CUT-DF, Maria das Graças. A coordenadora do

Movimento Negro Unificado do DF – Igualdade de gênero, Jacira Silva, parabenizou o Sinpro pela história de dedicação sindical, pela organização e pela homenagem feita às muitas mulheres que contribuíram com a história de avanços no meio sindical. Os Subtemas: "Uma nova cultura para superar as desigualdades contra a mulher e "consolidando

conquistas", foram abordados pelas deputadas distrital Rejane Pitanga(PT-DF) e federal Érica Kokay(PT-DF).

Várias outras mulheres importantes na história de luta das professoras e professores marcaram presença, além das homenageadas, numa verdadeira confraternização entre amigas e irmãs de luta.



Trinta e duas mulheres foram homenageadas com o prêmio "Mulher Educadora - Cidadã do Mundo"



Adenilce de Araújo Silva

Professora aposentada, atuou na diretoria do Sinpro em 91 e 92, participou de projetos de formação e alfabetização da CUT e hoje tem participação na Assessoria da CUT.



Antonia Arthème Lira

Arte-educadora, atriz, diretora teatral, designer, cantora e poetisa, e atualmente pesquisa a vida de Dina Sfat para projeto Mitos do Teatro Brasileiro no CCBB.



Antonieta Martins

Educadora conhecida pela contribuição intelectual e política, foi indicada ao Prêmio Mulher Educadora pelo projeto de Equoterapia para pessoas com deficiência.



Cláudia Fernanda Lélis

Destaca-se por sua atuação no movimento sindical, lutando pela Educação Pública de qualidade e participando de conquistas da categoria.



Delzair Amancio da Silva

Especialista em Educação Especial no Sistema Penitenciário, destacou-se na defesa dos direitos educativos das pessoas em restrição de liberdade e participou de conquistas como a implantação da EJA, remição de pena pelo estudo e alimentação escolar.



Domane Teixeira de Souza

Destacou-se pelo trabalho como alfabetizadora. Faz parte do Fórum de Cultura e da Associação Literária, Núcleo de Base Educação e Cidadania e coordena o Movimento de Mulheres do PT, em Brazlândia.



Elvina de Freitas Lima

Participou da maior greve do Sinpro, é vice-presidenta da Pestalozzi, delegada da categoria e homenageada na Câmara Distrital em 2007, fundadora da associação dos moradores em Águas Claras e atuante no setorial de Mulheres do PT.



Jucimeire Barbosa da Silva

Destaca-se por sua militância política, foi idealizadora do Projeto África Brasil e teve importante atuação no Conselho de Alimentação Escolar do DF.

**Lúcia Helena de Carvalho**

Ajudou a fundar a Associação dos Professores do DF e as associações de moradores da Ceilândia. Sua militância a fez participar da criação do PT e da CUT no DF, e foi deputada distrital pelo PT por dois mandatos.

**Lúcia Iwanov**

Destaca-se por sua atuação frente à luta dos professores e professoras no DF. Demitida da FEDF em 1980, após histórica greve da categoria, foi readmitida em 24 de maio de 1985. Hoje atua na Casa Civil.

**Maria Alice Nunes**

É totalmente dedicada à luta em defesa de uma educação pública de qualidade e militante das causas sociais no DF e entorno. Participa ativamente das lutas para que a classe trabalhadora e as minorias sejam vencedoras.

**Maria Cleonice Leão**

Pedagoga e educadora progressista, sempre participou das lutas em defesa da escola pública, onde os alunos sejam entendidos e percebidos como seres integrais.

**Maria de Fátima Ribeiro**

É reconhecida por sua paixão pela profissão e militância política. Foi diretora do Sinpro de 1986 a 1989 e sua história de vida retrata essa paixão, repleta de garra, luta, dedicação e até perseguição.

**Maria da Gloria Alves**

Professora há 24 anos, mestranda e militante sindical, foi responsável por vários projetos que visam aumentar a auto-estima dos alunos, dentre os projetos o "África Brasil" e o "Agro-floresta".

**Maria da Glória Yung**

Sempre atuou em defesa das bandeiras levantadas pelo PT, desenvolveu o projeto "De Volpi a Galeno - Ações Pedagógicas em Educação Patrimonial", e recebeu reconhecimento da Secretaria de Cultura com o prêmio José Aparecido.

**Maria Glória Teixeira**

Precursora do grupo "Giz no Teatro" desde 2000 - trabalho voluntário permeado pelo desejo de aproximar os jovens do fazer artístico, retirando-os do ócio e das diversas ofertas de práticas de crimes.

**Maria Holanda**

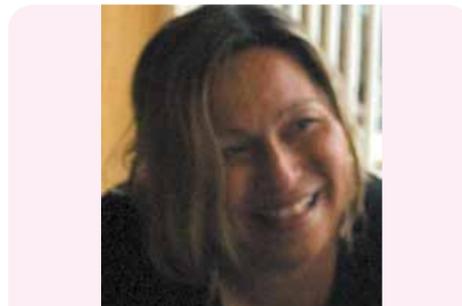
Nunca deixou de participar das lutas da categoria. Como arte-educadora, fundou os grupos "Ação Feminina", "Baão de Dois" e "José e Maria".

**Maria Madalena Torres**

Mestre em Tecnologias na Educação, contribuiu como mediadora no Curso PIE e coordenou o Curso de Pedagogia a distância no Acre. Ajudou a organizar a Educação de Jovens e Adultos em São Tomé e Príncipe, numa missão do Ministério da Educação.

**Maria Ricardina**

Uma das fundadoras do Programa de Combate e Prevenção da violência à Mulher, onde foram criados o Disque-denúncia e a Casa Abrigo.

**Maria Queiroz Catta Preta**

Foi professora de Artes do CASEB e atuou na busca da disseminação dos trabalhos dos alunos em diversos locais, inclusive Câmara Legislativa e Biblioteca Nacional onde reuniu trabalhos de poesia e edição de livros de alunos.

**Maura da Aparecida Leles**

Carinhosamente conhecida com professora Maurinha, pedagoga, especialista em Gestão da Educação e Mestre na área de Políticas e Gestão da Educação pela faculdade de Educação da Universidade de Brasília, é atuante em movimentos sociais e de inclusão.

**Nádia Maria Rodrigues**

Professora da rede pública, atuou em diversas escolas de Ceilândia e Taguatinga. Por seu trabalho pedagógico em favor do ensino da História e Cultura Africana e Afrodescendente, recebeu o prêmio "Professores do Brasil" do MEC, em 2008.

**Olga Cristina Rocha de Freitas**

Pedagoga e Mestre em Psicologia, atua em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para assistência a alunos com surdez. Também tem destacada atuação na formação de funcionários de escola.

**Olgamir Amância**

Ex-diretora do Sinpro. Como militante feminista, reafirmou sua luta pela emancipação das mulheres. Ocupa atualmente o cargo de secretária de Estado de Mulheres do GDF.

**Patrícia de Oliveira Silva**

Contadora de histórias através de atividades de incentivo à leitura, cultura e alegria na escola. Na Estrutural desenvolveu o projeto História pra cantar, e no Guará o projeto de Formação de professores na oficina pedagógica.

**Rejane Pitanga**

Presidenta da CUT-DF em dois mandatos, foi diretora do Sinpro-DF e fez parte da Direção Nacional da CUT. Destacou-se na luta por uma escola pública de qualidade. Foi eleita deputada distrital em 2010 e representa a categoria na Câmara Legislativa.

**Rosa Maria Lucena**

Fundadora da Associação Nacional de Pacientes com Epilepsia no DF, com objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas que sofrem com essa doença. Recebeu o título de Cidadã Honorária de Brasília em 2010 por sua atuação.

**Ruth Guimarães**

Professora aposentada e diretora de teatro, fundou o grupo TEATRANDO e se destaca por sua luta em favor da cultura para todos.

**Sandra Carvalho**

Professora e sexóloga, coordena o "Projeto Educando para a Vida", relevante para emancipação e o empoderamento da Mulher. Em 2002 o projeto foi agraciado com o "Prêmio Escola-Unesco".

**Valmária Martins**

Atua na Educação Infantil na Regional do Gama e através das artes e das convenções atuais de beleza tem como objetivo resgatar o respeito às diferenças.

**Vilmaria Pereira do Carmo**

Professora de História desde 2008, desenvolve seu trabalho na Estrutural onde sempre trabalhou com os professores pela compreensão da realidade dos alunos fora da escola, buscando respostas aos problemas na comunidade que vivem.

**Verônica de Oliveira**

Arte educadora da SEE há 26 anos e especialista em Artes Visuais. Atualmente lotada no CEM 12 de Ceilândia, desenvolve através do ensino da arte um trabalho político social com seus alunos.



Cuidado ou cadeia?

Segundo dados do relatório Aborto e Saúde Pública, elaborado em 2008 por pesquisadores da UnB e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a quantidade de mulheres que abortam no país é bem maior que a estimada em pesquisas anteriores: cerca de 3,7 milhões por ano contra 1,5 milhão que se imaginava anteriormente.

O relatório é a fonte mais qualificada dos últimos tempos sobre o problema do aborto no país, já que reuniu todas as evidências científicas sobre o tema e incluiu estudos realizados por métodos de urna, que diminuem o constrangimento para as mulheres pesquisadas, garantindo maior confiabilidade aos dados.

Na época da divulgação do relatório, o então diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, Adson França, avaliou que os dados divulgados confirmam a posição do Ministério, de que a interrupção induzida da gravidez é um problema de saúde pública e como tal deve ser tratado.

Segundo o Ministério da Saúde, as complicações em decorrência do aborto são responsáveis por 11% a 13% dos cerca de 1.650 óbitos

maternos registrados anualmente no país. O aborto induzido é a quarta causa da mortalidade materna, superada apenas pela hipertensão arterial, hemorragias e infecções pós-parto, mas em algumas capitais, como Salvador, é a principal causa da mortalidade materna.

Ou seja, não dá para tapar o sol com a peneira. A Organização Mundial de Saúde estima



que uma a cada três gestações no Brasil é interrompida intencionalmente. "No país, onde reinam o moralismo e o fundamentalismo religioso sobre o assunto, somos campeões da prática", lamentou Neliane Cunha, diretora do Sinpro.

Defender a descriminalização do aborto não significa defender a prática em si, mas sim que a mulher, quando toma uma decisão dessa natureza, não deve ser duplamente punida, pela violência do ato feito em condições precárias e pela punição penal. Não se trata de defender o aborto como método anticoncepcional, mas na prática ele continua ocorrendo, mulheres continuam morrendo ano após ano, e a via penal não resolve o problema.

Em 1991 o médico sanitário Eduardo Jorge, à época deputado federal (PT/SP), apresentou o Projeto de Lei nº 1135, que prevê a descriminalização do aborto. Vinte anos se passaram e o ato ainda é considerado crime no Brasil, forçando milhões de brasileiras a interromper uma gestação indesejada através da ilegalidade, o que acarreta terríveis consequências físicas, psicológicas e sociais nas mulheres que por diversos motivos tomam essa decisão.

"Bolsa Estupro?" Não queremos

Como se não bastasse a hipocrisia que cerca a discussão do assunto, agora tramita no Congresso o Projeto de Lei nº 478/2007, intitulado "Estatuto do Nascituro", de autoria dos deputados Luiz Bassuma (PV/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), que atropela as lutas dos grupos que defendem a descriminalização do aborto e pode acabar com pesquisas baseadas em células-tronco no país. Além de querer estabelecer o reconhecimento da vida a partir da fecundação, o PL ainda sugere uma espécie de "bolsa

estupro", argumentando que a concessão de uma pensão alimentícia para a criança gerada em decorrência da violência sexual venha "reduzir danos neste tipo de crime", fazendo recair a punibilidade do estupro sobre a própria mulher.

Por isso, movimentos que lutam pelos direitos das mulheres estão com uma petição virtual dirigida aos parlamentares em que elencam as 10 razões porque o Estatuto do Nascituro deve ser rejeitado. Acesse e assine: <http://jornadaspeloabortolegal.fw2.com.br>



Dez razões para rejeitar o "ESTATUTO DO NASCITURO"

1. Amplia a criminalização do abortamento para as situações que hoje são permitidas por lei, como no caso de estupro e risco de vida da mãe. Dificulta o acesso das mulheres ao aborto legal, já bastante limitado no Brasil, e pode ser ainda mais restringido caso este projeto de lei seja aprovado.

2. Viola o direito à igualdade entre homens e mulheres. De acordo com o projeto de lei, se uma mulher sofrer um abortamento espontâneo – 25% das gestantes podem sofrer abortamento espontâneo no início da gravidez – pode ser processada por ter violado o direito à vida do embrião.

3. Mulheres de baixa renda, negras, com pouca escolaridade, jovens e com limitado acesso aos serviços de planejamento familiar seriam as mais afetadas. São essas mulheres que correm o maior risco de morrer ou sofrer complicações devido a abortos inseguros.

4. As evidências têm demonstrado que a simples proibição do aborto em nada tem contribuído para diminuir sua prática, mas aumenta para o risco de aborto inseguro e clandestino. Mulheres vítimas de

estupro também recorreriam a abortos inseguros, o que, além de ameaçar sua saúde e sua vida, poderiam levá-las a ser processadas criminalmente, gerando grande estresse emocional a uma mulher já tremendamente traumatizada.

5. Viola os tratados internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário, que não estabelecem o direito à vida para fetos e embriões. Viola os direitos fundamentais e invioláveis à vida e à saúde das mulheres ao dar prioridade absoluta e proteção integral ao embrião, proíbe qualquer ato que ameace a continuidade da gravidez, mesmo que tal ato seja necessário para preservar a saúde ou a vida da mulher.

6. Os Direitos Constitucionais garantidos para as mulheres podem estar ameaçados, se for aprovado. Viola o princípio constitucional do Estado Laico. Os valores morais das religiões vigentes, além de diversos, não devem influir na vida sexual e reprodutiva privada das mulheres.

7. Implica em mais custos para o Estado. No Brasil, a partir de dados do SUS, estima-se um gasto anual de cerca de 29 milhões de reais, por conta da média de

238 mil curetagens decorrentes de complicações do aborto inseguro por ano. Se o projeto de lei for aprovado os custos aumentarão ainda mais, pois obriga o pagamento de pensão para as mulheres que engravidam por estupro. Além disso, os abortos inseguros aumentariam, pois as vítimas de estupro recorreriam a eles.

8. O projeto ainda prevê uma bolsa para as mulheres vítimas de estupro criarem seus filhos, porém esta bolsa só será viável se a mulher denunciar o estupro. É, portanto, ineficiente, pois se sabe que muitas mulheres não o denunciam por medo, vergonha, ou por conhecer o agressor.

9. Cria barreiras para o acesso à contracepção. O projeto de lei pode ser um obstáculo para o acesso a métodos contraceptivos, à anticoncepção de emergência, sob o argumento da proteção ao direito à vida do ovo, embrião ou feto.

10. O projeto de lei proibiria pesquisas com material embrionário. Sabe-se que o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas foi autorizado por decisão do STF. O projeto é inconstitucional pois restringe o direito à saúde, que é inviolável.



TEXTO PARA REFLEXÃO

COM AFETO E SEM VIOLÊNCIA

Por Vanuza Sales*

A violência doméstica é um problema universal que atinge a milhares de mulheres, em um grande número de vezes de forma silenciosa e dissimulada. Existe em todos os países e atinge a todas as classes sociais, é o sintoma mais visível da desigualdade de poderes nas relações entre homens e mulheres. Durante muito tempo foi considerada um tabu, ninguém falava dela, ninguém admitia tê-la testemunhado, ninguém fazia nada para impedir.

Apesar de atualmente esse assunto ser mais público, continua a existir um muro de silêncio em torno das vítimas. Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofra calada e não peça ajuda. Para elas é difícil dar um basta na situação. Muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo, são elas as culpadas pela violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem também aquela idéia equivocada da preservação da relação “ruim com ele, pior sem ele”.

Muitas se sentem sozinhas, tem medo, vergonha da desvalorização moral. Quando pedem ajuda, em geral, é para outra mulher da família, como a mãe ou irmã, ou então alguma amiga mais íntima, vizinha ou colega de trabalho. Só recorrem à polícia no caso de ameaça com arma de fogo, depois de espancamentos com fraturas, cortes e ameaças aos filhos.

As estatísticas sobre a violência contra a mulher apresentam inconsistências em virtude da falta de denúncia das companheiras/esposas dos seus companheiros/maridos. Não se sabe realmente qual é o sentimento que predomina nessa omissão, e não são poucas as que denunciam e voltam atrás da decisão, apesar desse ser uma ação vetada na lei Maria da Penha.



Os crimes de violência contra a mulher ainda têm penas mais severas quando são de maior gravidade, como no caso de assassinato, tentativa de homicídio ou estupro, mas, em geral, estão inseridos nas penas alternativas. De acordo com dados policiais, os agressores geralmente são reincidentes. Eles são obrigados a cumprir penas brandas, como prestação de serviço público. Com isso, voltam a cometer o mesmo crime.

O que é alarmante é que essa violência está muito próxima de nós, em qualquer roda de conversa tem sempre alguém que conhece ou viveu essa terrível experiência. E a condição de mulher emancipada, escolarizada e esclarecida é muito pior quando submetida a essa situação. Sofre o julgamento moral do seu grupo e da própria família.

Entretanto, a vergonha, medo ou receio de declarar a violência sofrida, está intimamente relacionada ao desejo de ser amada e ao jeito aprendido de significar afeto. De acordo com os terapeutas de família aprendemos a significar afeto em família e referendamos na sociedade. E essa aprendizagem afetiva faz com que busquemos o que é conhecido a nós para nos relacionarmos, estabelecendo uma herança psicossocial.

Tal herança cultuada no ambiente doméstico tem um caráter de repetição com suas

dívidas e encargos. Esse legado de valor moral de padrões de comportamento, que pode se estender por gerações, implica num paradoxo: sentimento de pertencimento e de conformidade, ou seja, sou amada, mas com violência. Esse foi o aprendizado emocional em família. A família é esse espaço de poder e saber sobre os sexos, e quando marcada pela violência gera sentimentos distintos, numa rede silenciosa de segredo entre seus membros, onde é presente a negação do afeto e do corpo da mulher.

No entanto, essas diferenciações de gênero ocorrem nas relações dos casais em geral, não caracterizando exclusivamente aqueles que vivenciam a violência doméstica. Ao construir a dualidade entre homem agressor e mulher vítima, a positividade é de denúncia e indignação. Entretanto, deixa-se desfocado o fato de haver uma parceria na relação conjugal, em que o casal utiliza a violência como forma de comunicação.

Porém o que faz com que possamos amar alguém que nos viola na nossa intimidade, que nos tira o direito de ser mulher e nos submete a violência cotidianamente?

Seja na linguagem do amor ou da violência o direito de ser mulher e a relação de gênero é uma questão de cidadania que influencia e afeta a sociedade, portanto, precisamos do afeto para a sobrevivência humana, mas não da violência.



Vanuza Sales é
Diretora do Sinpro

JOVENS HOMENS E PATERNIDADE: o que a educação tem a ver com isso?

Ana Liési Thurler*

Tod@s lutamos por reconhecimentos amplamente, desejamos ser reconhecid@s por nossos pais. Entretanto, o não reconhecimento paterno tem sido endêmico no Brasil. Pode-se estimar que a cada ano entre 500 e 700 mil homens não reconhecem suas crianças, que ficam com o registro de nascimento somente com a filiação materna.

Há alguns programas de iniciativa do Ministério Público nos estados, correndo atrás desse prejuízo. Também a CNTE acolheu uma proposta que apresentei e implementamos com o SINTE-PI o Projeto Paternidade e Cidadania nas Escolas do Piauí. Aqui no Distrito Federal o MPDFT desde 2002 implementa o Projeto Pai Legal nas Escolas, que recomendei.

Atualmente há debates sobre a condição de Homens e Masculinidades. O Ministério da Saú-

de criou o Programa Saúde do Homem. Mas os homens não só precisam desenvolver a consciência de que cuidar da saúde não é coisa só de mulheres. Também eles podem desenvolver consciência de Direitos Reprodutivos como Direitos Humanos. Os homens têm também o direito de terem @s filh@s que quiserem e quando quiserem. À educação cabe contribuir para esse avanço civilizatório:

Direitos Reprodutivos são Direitos das Humanas e dos Humanos, contracepção diz respeito a mulheres e a homens. Então, transitaremos da paternidade patriarcal rumo à paternidade cidadã e para uma sociedade de pessoas mais felizes, com nascimentos desejados.

A escola tem o desafio de dialogar com os jovens homens

para construir cidadanias do século XXI.

* Doutora em Sociologia, autora de *Em Nome da Mãe. O não reconhecimento paterno no Brasil*, disponível em www.abrasco.org.br; www.livrariacultura.com.br; www.editoramulheres.com.br





EDUCAÇÃO INTEGRAL: Instrumento de desenvolvimento e autonomia

Neliane Cunha*

A Educação Integral, em seus aspectos pedagógicos e sociais, vai além do conceito de escola em tempo integral. Deve-se considerar a amplitude que a Educação Integral traz tanto para o trabalho pedagógico, que visa o desenvolvimento de crianças e jovens, quanto para a sociedade, vindo ao encontro da concepção progressista da educação, numa tendência libertadora que promove o caráter abrangente da escola, vinculando-a à luta e organização de classe, onde também a autonomia das mulheres no mundo do trabalho é imprescindível para todas e todos.

O debate sobre Educação Integral no sistema público de ensino do Brasil tem sua origem em 1932, tendo como referência Anísio Teixeira, considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira, pioneiro da escola pública em todos os níveis e idealizador da Escola Parque. Essa proposta tem como marco legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que aponta a Educação Integral como um aumento progressivo da jornada escolar, valorizando as iniciativas educacionais extraescolares e a vida em sociedade.

Em seus aspectos pedagógicos a Educação Integral prevê melhorias nos quadros de reprovação, com redução do fracasso escolar; propicia a construção coletiva e o constante acompanhamento do Projeto Político Pedagógico; traz novas abordagens para o trabalho de educadoras e educadores, promovendo transformações curriculares, das diversas

ações e da avaliação. Esses resultados visam a reorganização do tempo e espaço no ambiente escolar, a formação profissional, a articulação entre os diferentes saberes e a relação entre escola e comunidade, além de estarem intrinsecamente ligados ao caráter social da Educação Integral, reconhecida aqui como um instrumento de valorização da escola pública, gratuita e de qualidade para todas e todos, concretizando o que sintetiza a Constituição Federal, em seu artigo 205: "A Educação, direito de todas e todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Uma política de Educação Integral, além de valorizar a escola pública e de promover o envolvimento de toda a comunidade escolar, promove a autonomia da mulher trabalhadora. Essa autonomia econômica deve ser entendida com uma característica para além da questão financeira, pois aí também está contemplado o acesso à segurança social e serviços públicos. O salário não é considerado a única fonte de empoderamento das mulheres. É preciso rediscu-

tir o modelo de sociedade patriarcal, onde mulheres sempre foram responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo e de cuidados, enquanto aos homens foi atribuído o trabalho produtivo e o controle. Para romper essa realidade é indispensável a inclusão, a permanência e a valorização das mulheres no mundo do trabalho.

A Educação Integral, assim entendida, é instrumento para desenvolvimento e proteção de crianças e jovens, autonomia das mulheres e transformação da sociedade que venha compreender, como Anísio Teixeira, que "numa democracia, nenhuma obra supera a de Educação".



Debate na Ceilândia discutiu Educação Integral.

PARTICIPAÇÃO FEMININA: OUTRA REALIDADE É POSSÍVEL

Mesmo num país com uma população sofrida e com tantas desigualdades como o Senegal, a luta das mulheres por melhores oportunidades está avançando: uma lei aprovada em maio do ano passado garante que 50% dos cargos eletivos no país sejam ocupados por mulheres. Esse e outros exemplos dessa nova realidade senegalesa foram constatados pela delegação de professoras e professores do Sinpro, durante as discussões do Fórum Social Mundial de Dacar, em 18 de fevereiro.

A chamada "lei da paridade" determina que, além da Assembleia Nacional, a metade dos cargos do Conselho Econômico e Social, Senado, Conselhos Municipais e Rurais e de Administração de todas as empresas do Senegal seja preenchida por mulheres. Hoje, as senegalesas representam 52% da população e ocupam 19,2% dos

cargos no parlamento – situação que, com a nova lei, mudará em 2012, quando haverá novas eleições.

Em Ruanda, que aprovou em 2003 a cota de 30% dos cargos para as mulheres, elas ocupam 56,3% das cadeiras do parlamento. Tal situação elevou o país ao primeiro lugar no ranking entre os países da organização internacional União Interparlamentar. O Brasil, entre 188 nações, ocupa a posição 104.

Outra Conquista – A prática da mutilação genital, que segundo dados da Unicef, está presente na vida de 46% das mulheres da África, entre 15 e 45 anos, foi proibida pela Assembleia Nacional do Senegal, em 1999. Nesta última década, segundo cálculos da ONG Tostan, mais de 90% das comunidades senegalesas que praticavam essa violência deixaram de fazê-lo, pelo menos de forma aberta.

KITS CONTRA O PRECONCEITO

Durante o 31º Congresso da CNTE a entidade divulgou os kits educativos completos para conscientização e enfrentamento da AIDS nas escolas. Esse material faz parte do programa EPT/AIDS da CNTE, que é desenvolvido com o apoio da Internacional da Educação, IE, e lançado no Brasil em 2007, trabalha em parceria com os ministérios da Saúde e da Educação e desenvolve ações em todo o país por meio dos sindicatos filiados à entidade. Em 2010, um milhão de alunos participou de atividades nos estados no dia de combate à AIDS, 1º de Dezembro.

A coordenadora da Secretaria de Saúde do Sinpro, Maria José Barreto, a Zezé, destacou a importância do material pedagógico. "As professoras e professores têm material para trabalhar com alunos do ensino médio CNTE, sem preconceito e o Sinpro acredita que isso terá um papel importante de mobilização para o debate com a comunidade escolar" afirmou Iracema Bandeira, diretora do Sinpro.

Para Gilza Camilo, também diretora do Sinpro "o lançamento do kit é mais um passo de um processo que a cada dia fortalece a todos na educação pública".

DIA DAS MÃES PARA REFLETIR SOBRE A MATERNIDADE

É fundamental que neste dia das mães desvinculemos um pouco a questão reprodutiva dos afetos pessoais, dessa imagem da mãe sacralizada e abnegada, aquela disposta aos maiores sacrifícios em nome de sua prole. Mães são também trabalhadoras não remuneradas, que pelo modelo atual de família e mercado tendem a arcar individualmente com um ônus imenso em nome do bônus coletivo. Oferecer melhores condições para que desempenhem este traba-

lho, quer seja dentro da família, com o pai assumindo mais tarefas, quer seja no ambiente de trabalho, com tolerâncias às ausências justificadas de quem tem crianças sob sua responsabilidade sem que isso reflita em prejuízos ao seu desenvolvimento profissional não é, portanto, uma questão de solidariedade. É um investimento social de longo prazo.

(Publicado integralmente no site das blogueiras feministas)

